

Brasil quer 14 anos para

O Brasil vai propor à comunidade financeira internacional o refinanciamento de US\$ 57,1 bilhões de sua dívida externa, que vence entre 1985 e 1989, solicitando 14 anos de prazo para amortizar esse débito. Também não solicitará dinheiro novo para o próximo ano e espera, com certeza, poder pagar menos spread (taxa de risco) nas negociações. Ao dar essas informações, o ministro da Fazenda, Ernane Galvães, refutou, com ênfase críticas de que não solicitando empréstimo novo aos bancos credores para 1985, criará problemas para o próximo governo. "Estamos trabalhando seriamente, pelo que é melhor para o País, conhecemos os números, sabemos como negociar", enfatizou. O ministro disse que é "lógico que não" haverá perda de reservas no ano que vem, ainda que o país não solicite novo empréstimo aos bancos credores. Ele estima em US\$ 6 bilhões as reservas internacionais, atualmente, e prefere não projetar seu montante ao final do ano. Para técnicos da Fazenda, o nível de reservas deve alcançar US\$ 8 bilhões, contra US\$ 4,5 bilhões programados pelo Fundo Monetário Internacional (FMI). Para o ministro, são normais as críticas à nova estratégia de negociação do Brasil. Com relação, por exemplo, à carta do Ibre (Instituto Brasileiro de Economia), da Fundação Getúlio Vargas, de que o País perderá poder de barganha não solicitando novos empréstimos, Galvães retrucou: "Não levo isso a sério. É claro que os economistas têm posições diversas sobre como fazer as coisas. Mas nós estamos tranquilos de que trabalhamos pelo melhor para o Brasil".

Reiterou o ministro da Fazenda que todo o trabalho para a próxima fase de renegociação está baseado em dados estatísticos e projeções. Assim, por exemplo, na primeira reunião, que deverá realizar-se na primeira quinzena de novembro, entre o presidente do Banco Central, Afonso Celso Pastore, e o comitê de bancos credores, o Brasil apresentará projeções deste ano, de 1985 e dos próximos anos.

Juros continuarão caindo

O Brasil poderá ser beneficiado com novas quedas na prime-rate (taxa de juros para clientes preferenciais, nos Estados Unidos), pois a tendência é de queda. O comentário foi feito, ontem, por Alfredo Salazar, novo presidente do Banco Lar Brasileiro, que teve uma audiência com Afonso Celso Pastore, presidente do Banco Central.

Salazar está no Brasil há uma semana. Ele veio da Argentina, onde chefiou a sucursal do Chase Manhattan Bank (ao qual o Banco Lar é associado), durante um ano. Em Buenos Aires, Alfredo Salazar acompanhou grande parte da renegociação dos compromissos externos da Argentina, função que agora é transferida para o Brasil.

Em novembro, o novo presidente do Banco Lar retorna a Nova Iorque, onde acompanhará a renegociação da dívida externa brasileira. "O Brasil é o país mais importante para o Chase, fora os Estados Unidos", explicou, salientando que a sua instituição é o segundo maior credor do Brasil, com aproximadamente 3 bilhões e 500 milhões de dólares.

Atualmente, o Banco Lar conta com 42 agências no Brasil. Seu novo presidente nasceu em Porto Rico, onde já presidiu o banco do governo. Em 1978, esteve 10 meses no Brasil, como funcionário do Chase e depois retornou a San Juan, onde chefiou o banco durante quatro anos.

Venezuela quer prorrogar dívida

Nova Iorque — A Venezuela está procurando taxas de juros mais favoráveis para uma prorrogação de seus débitos enquanto culmina o processo de reestruturação de sua dívida, disse, ontem, uma fonte bancária.

O principal negociador da dívida venezuelana, Carlos Guillermo Rangel, encontra-se em Nova Iorque para dialogar com o comitê de bancos que trata da dívida venezuelana.

Embora as negociações gerais se concluíssem em 22 de agosto, em Nova Iorque, quando o presidente da Venezuela, Jaime Lusinchi, acertou as bases gerais com o comitê de bancos, ainda resta a formalização do acordo.

O acordo conseguido com a presença do presidente inclui o refinanciamento de 20 bilhões e 750 milhões de dólares da dívida externa da Venezuela, incluindo os vencimentos entre 1982 e 1988, com doze anos e meio de prazo e a juros de 11/8 sobre a taxa interbancária de Londres, ou o "libor".

Enquanto se realiza o lento processo de formalização do acordo, que inclui a redação dos convênios, com a participação de numerosos advogados e as consultas com todos os bancos credores, tem-se que encarar uma nova prorrogação dos vencimentos da Venezuela já que a vigente expira a 31 deste mês.

O informante bancário disse que, em princípio, não se vê nenhum problema para essa prorrogação por ser parte do processo final de negociação.

O problema reside — disse a fonte — nos juros que se aplicarão sobre esta extensão de vencimentos até que esteja pronto o refinanciamento. Segundo o informante, a Venezuela quer que se aplique a esta extensão a taxa já acordada para o refinanciamento, ou seja, 11/8 sobre o libor. Entretanto, os bancos estão cobrando neste momento para as operações de extensão de prazos, 1,25 por cento sobre a taxa de juros de Nova Iorque, ou "prime", ou 13/8 sobre libor, a escolha dos credores — disse a fonte.

Assim é que embora não exista problema de fundo sobre a prorrogação de prazo, há diferenças sobre a taxa de juros.

Colômbia

O ministro da Fazenda, Roberto Junguito, recomendou ao presidente Belisário Betancur acertar com o Fundo Monetário Internacional um programa de crédito condicionado para tirar a Colômbia da pior crise econômica dos últimos 50 anos.

A recomendação ministerial foi feita depois que uma delegação colombiana buscou em Washington, sem êxito, empréstimos no total de 1 bilhão e 100 milhões de dólares para atender os programas de desenvolvimento do país.

«A principal conclusão que se obtém nas reuniões de Washington é a urgência de que o país adote medidas que impliquem ajustes suficientemente amplos.